

OS CAMINHOS E DESCAMINHOS PARA O ENSINO DE LITERATURA DRAMÁTICA

*Alzinéia Monteiro de Oliveira*¹ (UNEMAT)

*Agnaldo Rodrigues da Silva*² (UNEMAT)

Resumo

A proposta deste artigo advém de uma carência dos estudos de literatura dramática na educação básica no país. Nos quinhentos anos do teatro no Brasil, foram poucos os críticos que dedicaram suas pesquisas à dramaturgia. Dentre os estudiosos, Sábato Magaldi foi e é a referência enquanto crítico e pesquisador da área. É, talvez, o único que diante das produções teatrais organizou uma historiografia do teatro brasileiro, intitulada *O panorama do teatro brasileiro*, ainda que limitada, pois a autor não se aprofundou nas análises literária. Após ele, Anatol Rosenfeld, Décio de Almeida Prado, Yan Michalski, entre outros impulsionaram a produção teatral nacional por meio de suas críticas e pesquisas. Nesse ínterim, objetivamos fazer uma leitura crítica da falta de metodologia e incentivo dos docentes em estudar e analisar textos cênicos em sala de aula, tendo em vista que os estudos literários são predominantemente da narrativa e da lírica. Usamos como metodologia, uma pesquisa de revisão bibliográfica e uma leitura crítica das legislações que regulamenta o ministério da cultura e da cidadania e a lei de fomento a cultura. Recorremos também, ao método indutivo em que ao transitar a história do teatro no país, levantamos algumas hipóteses que dificulta a experiência com o gênero dramático na educação básica, ainda que tenhamos uma alta produção teatral, sendo: a falta de fomento ao teatro e a censura política que sofreu durante os anos de 1964 a 1984 e posteriormente a cesura econômica.

Palavras-chave: Literatura dramática. Crise do teatro. Censura.

¹ OLIVEIRA, Alzinéia Monteiro. Mestranda em estudos literários do programa de pós-graduação da UNEMAT de Tangará da Serra.

² SILVA, Agnaldo Rodrigues. Professor pós-doutor, efetivo da UNEMAT e adjunto do programa do PPGEL da UNEMAT de Tangará da Serra.

THE PERCOURSE FOR THE TEACHING OF DRAMATIC LITERATURE

Abstract

Since basic education, dramatic literature occupies a peripheral place. according to this scenario, the article presents a proposal, a reflection on the scarcity and the difficulty to have an experience with dramaturgy, either by the scenic texts or by the staging. According to Sábato Magaldi, in the five hundred years of theater in Brazil, few critics dedicated their research to dramaturgy. He is, perhaps, the only one who, in view of theatrical productions, has organized a historiography of brazilian theater, *The panorama of Brazilian theater*, although limited, as the author has not gone deeper into literary analysis. In the meantime, we aim to make a critical reading of the lack of methodology and encouragement of teachers to study and analyze scenic texts in the classroom, considering that literary studies are predominantly narrative and lyrical. We use as methodology, a bibliographic review research and a critical reading of the laws that regulate the Ministry of Culture and Citizenship and the Law to promote culture. The research also uses the inductive method in which, when transiting the history of theater in the country, we raise some hypotheses that make it difficult to experience dramatic genres in basic education, even though we have a high theatrical production, being: the lack of support for theater and the political censorship that it suffered during the years 1964 to 1984 and later the economic caesar. to postulate the defended positions we use the studies of Magaldi (1962), Michalki (1994), Morais (2018), Pallottini (1988), Prado (2009), Rosenfeld (1997), (2014), (1993), (1985).

Keywords: Dramatic literature; Theater crisis; Censorship.

Introdução

A literatura enquanto parte do currículo do ensino da educação básica está inserida dentro da disciplina de Língua Portuguesa. Apesar de ser a que têm maior carga horária, os professores da área com base na BNCC, tem por ofício organizarem suas aulas oscilando no ensino de gramática, na produção textual e na leitura e interpretação literária.

Dentro do que cabe a literatura, temos três gêneros, dos quais podemos trabalhar em sala de aula: o gênero narrativo/épico, o lírico e o dramático. No entanto, aos dois primeiros há uma maior dedicação dos docentes, enquanto a literatura dramática fica periférica. Os motivos podem ser vários, dependendo da realidade de cada professor, assim como de cada instituição de ensino.

Fato é: alunos têm pouco contato com os textos cênicos e o teatro como todo. Com base em algumas pesquisas, levantamos algumas hipóteses que contribuem para a carência que temos dos estudos da literatura dramática. Colocamo-nos diante de duas possibilidades para serem pensada: a escassez do fomento ao teatro, o que conseqüentemente, resulta no estudo tardio do gênero no país e as constantes censuras que as produções sofreram, sejam de natureza política ou econômica.

Segundo a historiografia de Sábato Magaldi, durante os quinhentos anos de teatro no país passamos por diversas tendências estéticas e isso colaborou para se pensar numa produção nacional. Mas, foi a partir da década de 1950 que começamos a ter maior valorização do gênero e foi quando surgiram dramaturgos que se consagraram, como: Nelson Rodrigues, Ariano Suassuna, Chico Buarque, Augusto Boal, Plínio Marcos, Gianfrancesco Guarniere, Oduvaldo Viana Filho e tantos outros. Junto com os dramaturgos estudiosos da área se afirmaram como críticos do teatro, como: o próprio Sábato Magaldi, Anatol Rosenfeld, Décio de Almeida Prado, Augusto Boal, Yan Michalski, entre outros que foram responsáveis por legitimarem os cânones do teatro brasileiro e por enaltecerem a criação teatral nacional.

As consequências e os resquícios da censura

Antes de aprofundarmos nas reflexões, pensaremos o seguinte: Qual a primeira peça de teatro que tivemos contato? E em que momento isso ocorreu? Partindo dessa

resposta teremos condições de continuarmos a pensar sobre as hipóteses que discutiremos no decorrer do texto. Numa análise do livro didático *Ser protagonista: Língua Portuguesa*, voltado para o terceiro ano do ensino médio, dos anos de 2018 a 2020, foi dedicado duas páginas para mencionar sobre o teatro, mais especificamente sobre a peça, *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, dentro do capítulo que discute sobre o modernismo.

O livro faz uma menção a Nelson Rodrigues e Ariano Suassuna, a partir do crítico Décio de Almeida Prado, nada mais é dito sobre o gênero, em todo o livro. A vasta produção teatral brasileira merece duas páginas, no livro didático. Os alunos do terceiro ano do ensino médio têm o direito de saber da existência de dois dramaturgos e de uma fragmentação, de uma peça. Essa é a responsabilidade do Estado com a formação de suas crianças. No entanto, o livro didático é apenas um suporte, ou um dos instrumentos disponíveis aos professores para a elaboração das aulas.

Outro recurso é o acervo das bibliotecas das instituições de ensino. Com base nesse acervo o professor terá condições de realizar seus projetos de leituras, dentre outras possibilidades, de poder trabalhar com seus alunos textos cênicos e o teatro. Sendo assim, dependerá da qualidade dos acervos e da disponibilidade desses textos. No entanto, diante dos novos recursos de acesso a leitura como, pelos meios digitais, permite outros métodos para proporcionar as experiências de leituras, sanando as dificuldades que as bibliotecas físicas tem para atender a demanda.

Logo, caberá aos professores pensar sobre as metodologias que podem adotar, diante da realidade que vive nas suas práticas diárias. Assim, recaímos em outra problemática, a carência na formação dos letrados no que diz respeito da literatura dramática. Diante da grade dos cursos de letras no país, cabe um pequeno espaço para o teatro, o que influencia na atuação dos futuros professores. Pensar nessa falta que os profissionais têm em suas formações, leva-nos a pensar, sobre a estrutura das grades curriculares dos cursos.

Fazer esses levantamentos direciona-nos para o *status quo* do teatro no país, enquanto resultado de um processo histórico. Segundo aponta Anatol Rosenfeld (2014), há uma escassez de estudos na ciência dramática:

Parece que está ainda por iniciar, no Brasil, o levantamento sistemático, por equipes, de material iconográfico e da certamente vasta documentação (incluindo as correspondências), que permitiriam reconstituir a vida teatral dos tempos idos. Mesmos nos centros europeus de larga tradição cênica, não

conta muito mais do que cinquenta anos a “ciência do teatro” ligado a institutos universitários, única possibilidade de se realizar uma pesquisa desse vulto, cujos resultados de restos, são de extremo interesse para a historiografia e a sociologia dos respectivos países (p.49).

Segundo essa realidade exposta pelo crítico, abre espaço para cogitarmos enquanto motivações da parcimônia do gênero dramático nas grades dos cursos de letras. A pesquisa e o fomento tardio do teatro refletem na formação dos alunos da educação básica. Ainda que os estudos tenham vindo tardiamente as primeiras manifestações da literatura dramática no Brasil, segundo Sábato Magaldi (1962), foram os autos para ser encenado com fins catequéticos, isso em 1534 aproximadamente.

Passaram-se 300 anos e começaram as preocupações para criar-se uma dramaturgia com aspectos nacionais, dos quais se destacaram as produções de Gonçalves de Magalhães. Segundo sua declaração: “Lembrarei somente que esta é, se não me engano, a primeira tragédia escrita por um brasileiro, e a única de assunto nacional.” (MAGALDI, *apud* MAGALHÃES 1962, p. 34). Ele destacou-se com suas produções que contribuíram para pensar num teatro de aspectos nacionais, Magalhães abriu espaço para outros escritores que aos poucos formaram e compuseram nossa historiografia.

Em todos esses anos de teatro no país, segundo Magaldi (1962), é somente a partir da década de 1950, que as produções teatrais brasileiras ganham destaque mundial, tendo suas peças traduzidas e encenadas em outros países, com o trabalho da crítica, o teatro brasileiro é enaltecido. Nesse período, o modernismo traz para a produção artística, novos valores que revolucionaram a cultura em prol as massas, dando espaço para todas as formas de representações culturais, das quais resultaram nas novas tendências, vistas nas escolas do Futurismo, Impressionismo, Cubismos, Dadaísmo, Surrealismo, Expressionismo e Orfismo.

Diante da historiografia do teatro brasileiro são notórias as situações de resistência que a arte dramática perpassou para sobreviver enquanto parte da produção cultural do país. Isso encaminha-nos para a segunda hipótese, a ser defendida, como consequência dos reflexos da escassez da experiência com o teatro na educação básica. A.. P. Quartim de Moraes (2018) em sua obra *Anos de chumbo*, assevera as censuras que os dramaturgos e sua produções sofreram nos primeiros anos de ditadura militar e que intensificaram após o AI. 5. Atores e escritores são levados à prisão ou exilados por

confrontar a norma. Yan Michalski (1994) põe em discussão a crise do teatro dentro das circunstâncias pós 1964:

O teatro foi submetido a uma censura e outras formas de repressão sem precedentes na história do país. Centenas de obras foram impedidas de chegar aos palcos; outras, aos palcos profundamente mutilados; outras em números incalculáveis, simplesmente deixaram de ser escritas, pois seu destino óbvio teria sido a gaveta. Vários artistas sofreram prisões, outros optaram pelo exílio, outros ainda mudaram de atividade, por se sentirem desestimulados pelo estrangulamento de sua liberdade de criação (p. 113).

A repressão pela proibição de escrever e encenar mutilou a produção teatral aos poucos. A perseguição não era das peças ou dos seus criadores, mas do conteúdo delas. Eram os meios de impedir a exposição das injustiças políticas, econômicas e sociais que pertenciam aos seus conteúdos. Era retirado das pessoas o direito de conhecer e interpretar a realidade a sua volta, pois havia um movimento de manipulação do povo por meio de um discurso de estratégias falsas e oportunistas de caráter políticas econômicas, e psicossociais, das quais o teatro tentava combater.

Segundo Michalski (1994), após primeiro de janeiro de 1979, quando o AI. 5 foi revogado é devolvido aos brasileiros sua liberdade de expressão e conseqüentemente da criação artística. No entanto, surgem novas dificuldades para o teatro: a crise econômica, que influenciou na continuidade da atuação teatral. Pois, a classe média fez contingenciamento de gastos e o teatro passou a ser menos frequentado, além da chegada da mídia televisiva, que tomava espaço, acarretando na diminuição de atores disponíveis a atuarem no teatro, que passaram a trabalhar na televisão.

Diante desse cenário, Magaldi (1962) fez um estudo que pontuava que dois por cento da população era contemplada pelo teatro, isso era consequência de diversos fatores, como: a escassez de bons dramaturgos antes do moderno teatro brasileiro, o analfabetismo, a miséria econômica de boa parte da população, as dificuldades de manter o funcionamento dos teatros, seja por falta de financiamento das peças ou pela ausência de público.

Uma das maiores dificuldades da dramaturgia brasileira foi e é manter-se em cartazes, por enfrentar o que Plínio Marcos em uma entrevista a Jô Soares chamou de “censura econômica”. Desde o início da carreira, o dramaturgo teve grandes dificuldades de montar suas peças, por falta de patrocínio privado e público, o mesmo ocorreu com outros autores. Além de algumas peças serem decretadas proibidas, outras

apesarem de serem permitidas não conseguiram serem montadas e encenadas pela falta de recurso.

Esses desafios econômicos e políticos perduram hodiernamente, se considerado uma declaração que a ex ministra da cidadania deu em 2020 ao programa televisivo *Fantástico*. Quando questionada de que maneira a secretaria da cultura, poderia atuar diante do movimento conservador que tenta coibir determinadas formas de expressão, a ex ministra Regina Duarte responde:

O dinheiro público deve ser usado de acordo com algumas diretrizes, das quais a população que elegeu o atual chefe do executivo espera. Mesmo que todos, não apenas alguns tenham a liberdade para se expressarem. Porém, se quiserem recurso para fazer arte de representatividade da minoria, são livres para tal, contanto que busquem patrocínio na sociedade civil. <https://www.youtube.com/watch?v=Ck7uC9yVy3A>.

A declaração permite interpretar claramente as dificuldades que a classe artística enfrentará para manterem-se em atuação. A ministra ainda afirmou que não se deve olhar para trás, mas para o presente, almejando o futuro, no entanto ao citar que possa haver apoio a algumas produções artísticas e veto a outras, é claramente um retrocesso.

Assim sendo, torna-se insignificante a existência da arte. Para Rosenfeld (2014) “[...] se o teatro tiver de ser apenas um teatro para elite, para um público seletivo, ele terá falhado no seu sentido mais profundo” (p. 141). Tais posturas subvertem a existência das produções artísticas, pois de acordo com Rosenfeld “investimentos a serviço do povo, em países que se dizem democráticos, não devem depender de critérios ideológicos, mas, sim, apenas estéticos”. (2014, p. 118). O critério para fomento ou não da arte, deve estar pautado na qualidade das criações.

A arte não pode ser dependente de um governo, o artista deve estar preparado para superar as crises, sem deixar-se vencer pela censura econômica ou política. Segundo uma declaração de Marcos (2008): “Ninguém sabe quem vai entrar aqui e que política vão fazer, e se a gente perde a condição de se organizar de baixo para cima, a gente vai depender da esmola do poder”.

Em consonância ao que pensa Plínio Marcos, Rosenfeld (2014) cita um posicionamento de Augusto Boal, em que o crítico e teatrólogo expõe: “O governo não ajuda o teatro. Isso é obrigação, conviria definir melhor: O governo apenas medeia, distribuindo entre o povo aquilo que veio do povo.” (ROSENFELD, 2014, p. 111). Logo, o posicionamento da ministra vai de encontro ao defendido pelos autores, no

momento em que ela deixa claro, a exclusão de produções que ela chama de representatividade da minoria.

Plínio Marcos (2008) salientou em uma de suas palestras: “Os governos são transitórios. A gente não pode ficar nas mãos dos poderosos. Eu digo isso em todos os lugares que vou. ‘A arte nas mãos dos poderosos constrange mais que as armas’. O teatro é por sua natureza a arte que fala do ser humano, e para o ser humano, é de caráter engajado e social, é o que possibilita transitar pela história a luz da arte, permitindo compreender algumas condições de crise do teatro. Ousaríamos afirmar que o teatro é a arte mais política que tempos, é a que está em contato direto com as problemáticas do ser humano, é a que vai para as ruas. Moraes (2018) destacou as diversas manifestações realizadas pela classe dos artistas e os festivais teatrais de protesto feitos na no período de ditadura. “O mês de junho escancarou o estado de guerra entre o teatro e o governo militar.” (MORAES, 2018, p. 104).

A literatura dramática, quando encenada, dá voz aos que se calam, o público enxerga nas personagens/atores suas angústias e podem ser impulsionadas por elas e saírem da zona do silenciamento, mas de modo consciente e crítico. O teatro retira as vendas dos olhos de seus leitores/ espectadores. Quem pode ser beneficiado com uma arte que dá voz e coragem ao povo? E quais os prejuízos disso? Quais as consequências de fomentar o teatro? Fazermos essas indagações nos direciona para a máxima: negligenciar o acesso ao teatro é silenciar o seu povo.

Considerações finais

Ao analisarmos a historiografia do teatro brasileiro, as suas condições de produção, assim como os contextos históricos do país que diretamente ou indiretamente influenciaram na criação dos teatrólogos, é possível afirmar que as dificuldades que essa classe de artistas enfrentavam e ainda enfrentam refletem na recepção do teatro pelo público, em específico dos alunos da educação básica, pois estes pouco contato tem com a dramaturgia, seja pelas peças ou pela encenação delas. A partir do percurso que fizemos, interpretamos como uma negligência do Estado em oferecer condições para mudar essa realidade. Há mais uma preocupação em cumprir um currículo, que por vezes é defasado, no que diz a respeito da literatura dramática.

Frequentar o teatro é uma realidade de poucos. Grandes produções restringem-se a grandes centros, há custo para se ter acesso, dos quais poucas pessoas podem dispor considerada a condição financeira da maioria da população, que vivem em condições econômicas de subsistência. No entanto, o teatro não se restringe apenas a uma produção luxuosa, com todos os aparatos que tem um centro de teatro. Isso não deve ser obstáculo para conhecermos a história e o papel fundamental do teatro em nosso país. Dar maior espaço para o gênero dentro das grades dos cursos de letras, assim como dedicar unidades do livro didático apenas para o teatro, disponibilizarem textos cênicos nas bibliotecas, físicas e virtuais gratuitamente nas instituições de ensino público, dar apoio e incentivo para montagem de peças, ainda que pequenas e no interior do país. São ações que podem contribuir para a recepção do teatro nas escolas.

Ao invés do Estado criar planos estratégicos para investir em projetos culturais no país, cria mecanismos que dificulta as ações culturais, como exemplos, os obstáculos enfrentados pelo teatro. É notória a posição em último plano da produção artística e do investimento à cultura. Em situações de crise econômica, a primeira medida de contenção de gastos é a retirada ou diminuição do consumo da população ao entretenimento. Vivenciamos um governo que restringe o direito da população a cultura e ao lazer, exemplos disso está na extinção do ministério da cultura em 2019 pela medida provisória N° 870, ao qual passa ser vinculado ao ministério do turismo, posteriormente ao ministério da cidadania e em 2020, temos o projeto a taxaço do imposto sobre o consumo de livros. Como consequência dessas ações, a população fica a cada dia, mais distante da cultura e do lazer.

Referências bibliográficas

BARRETO, Ricardo Gonçalves. **Ser protagonista: Língua Portuguesa**, 3° ano: ensino médio: Andressa Munica Paiva. 3 ed. São Paulo, 2016.

BRASIL. **Lei N° 8.313, de 23 de dezembro de 1991.**

BRASIL. **Lei N° 13.844, de 18 de junho de 2019.**

BOSI, Alfredo. “O realismo” In: **História concisa da literatura brasileira**. 43. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CRUZ, Ingrid Isabelle. S. ABEICHE, Daniel Pala. **Análise semiótica das minorias no cinema brasileiro contemporâneo**. Cascavel: Itercom- Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação, 31 de mai a 02 de jun de 2018.

ENTREVISTA DRAMATURGO PLÍNIO MARCOS, O “REPORTE DO SUBMUNDO. Canal Bizuti. Publicado em: 11 de mai. De 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zPATz_ftBs&t=610s. Acesso em: 11 de mar. De 2020.

ESSLIN, Martini. **Uma anatomia do drama**. Trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MACHADO. Ana Maria. “Da resistência a transição”. In: SOSNOWSKI, S. e SCHWARTZ, J. (org). **Brasil o trânsito da memória**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

MAGALDI, Sábado. **Panorama do teatro brasileiro**. São Paulo: EDIPE, 1962.

MICHALKI, Yan. “ A crise do teatro dentro da crise maior”. In: **Brasil o trânsito da memória**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

MORAIS, A. P. Quartim. **Anos de chumbo: o teatro brasileiro na cena de 1968**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018.

MORAES, Vinícius. **As entrevistas de Ele e Ela Nelson Rodrigues e Plínio Marcos**. São Paulo, 1981.

PALLOTTINI, Renata. **Introdução à dramaturgia**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

REGINA DUARTE NO FANTÁSTICO SOBRE A LEI ROUANET “PRECISA DE ALGUNS AJUSTES. Direção e produção: Notícias em alta. Publicado em: 9 de mar. De 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1azy8I7bWc&t=153s>. acesso em: 12 de abr. 2020.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001.

ROSENFELD, Anatol. **Teatro moderno**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ROSENFELD, Anatol. **Teatro em crise**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROSENFELD, Anatol. **Primas do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo e Editora da Universidade de Campinas, 1993.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. “Estado, sociedade civil e meios de comunicação”. In: SOSNOWSKI, S. e SCHWARTZ, J. (org). **Brasil o trânsito da memória**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. “Autoritarismo e violência do Brasil contemporâneo. In: SOSNOWSKI, S. e SCHWARTZ, J. (org). **Brasil o trânsito da memória**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.